



REQUERIMENTO

(Do Sr. LÚCIO VALE e demais Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)

*Requer o envio de indicação do **Centro de Estudos e Debates Estratégicos-CEDES** ao Ministério das Cidades, sugerindo a adoção de medidas voltadas à integração das ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, com atenção especial para a mobilidade urbana.*

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa. seja encaminhada ao Ministério das Cidades a Indicação em anexo, do **Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados**, sugerindo a adoção de medidas voltadas à integração das ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, com atenção especial para a mobilidade urbana.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2016

Deputado LÚCIO VALE
Presidente do CEDES



INDICAÇÃO Nº , DE 2016
(Dos Srs. Membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos)

Sugere ao Ministério das Cidades a adoção de medidas voltadas à integração das ações desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, com atenção especial para a mobilidade urbana.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades:

No campo do desenvolvimento urbano, há uma rede de atores mais afeta à política habitacional, outra que trabalha com saneamento básico, uma dedicada à regularização fundiária urbana e, também, o grupo especializado historicamente no transporte urbano. Esse último grupo vem enfrentando o desafio de ampliar o foco direcionado ao transporte urbano e passar a trabalhar com a perspectiva mais abrangente da mobilidade urbana.

Tem-se de caminhar de uma preocupação quase exclusiva com a gestão dos deslocamentos das pessoas para as perspectivas da acessibilidade e do planejamento urbano. Mais do que geridos, os deslocamentos devem ser evitados, com a desconcentração dos polos de emprego e outras medidas.

A necessidade de ampliação de horizontes não diz respeito apenas ao grupo que atua mais diretamente em mobilidade urbana. Tomando-se como exemplo o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009 com o *status* de principal iniciativa do governo federal na política habitacional, constata-se que tem sido frequente a implantação de conjuntos habitacionais nas periferias urbanas. Se as glebas vazias com preços mais acessíveis nas áreas mais afastadas do centro urbano, por um lado, auxiliam a reduzir o valor do imóvel a ser financiado e, assim, potencializam a produção de maior número de moradias, por outro lado, geram sérios problemas para os deslocamentos das famílias que nelas irão morar. O PMCMV tem, portanto, efeitos negativos do ponto de vista da mobilidade



urbana, e isso não parece ter sido devidamente considerado na concepção desse programa, pelo grupo que atua em política habitacional.

A visão integradora deve estar presente, também, na organização dos órgãos governamentais.

O Ministério das Cidades consolida em sua estrutura administrativa a divisão nos subgrupos que atuam historicamente na questão urbana. Desde sua criação em 2003, tem quatro secretarias: Secretaria Nacional de Habitação; Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob); e Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

Cumprе perceber que o Ministério das Cidades poderia ter sido organizado segundo uma estrutura distinta da que reproduz os subsistemas temáticos inclusos no escopo mais amplo do desenvolvimento urbano. Haveria possibilidade, por exemplo, de secretarias estruturadas conforme os diferentes portes das cidades, viabilizando a atenção diferenciada para municípios de pequeno, médio e grande porte (assim considerados em razão da população) e, também, para as regiões metropolitanas.

Se a reorganização do Ministério das Cidades, após mais de uma década, não é medida simples, necessitariam ser pelo menos reavaliados os programas desenvolvidos por cada uma das atuais secretarias, tendo em vista a sua integração. Não é admissível que, internamente a um único ministério, haja ações que colidem umas com as outras, como ocorre no caso dos assentamentos do PMCMV que geram problemas de mobilidade urbana.

Deve-se perceber que a integração das ações governamentais ganha importância especial neste momento em que se formula o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

Em face do exposto, sugerimos a este Ministério que:

- **a proposta do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 referente ao Ministério das Cidades incorpore programas envolvendo, de forma integrada, as diferentes secretarias do Ministério;**
- **seja criado um programa direcionado às regiões metropolitanas, que inclua as diferentes secretarias do Ministério e, necessariamente, considere o desafio dos problemas de mobilidade urbana;**



- os programas da Secretaria Nacional de Habitação, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e da Secretaria Nacional de Programas Urbanos passem a considerar, sempre, o impacto sobre a mobilidade urbana;
- o PMCMV seja aperfeiçoado, de forma a incluir a mobilidade urbana na concepção dos conjuntos habitacionais financiados pelo programa.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado **Lúcio Vale**
(Presidente do Cedes)

Deputado **Ronaldo Benedet**
(Relator)

Deputado **Ariosto Holanda**

Deputado **Beto Rosado**

Deputado **Capitão Augusto**

Deputado **Cabo Sabino**

Deputado **Carlos Melles**

Deputada **Cristiane Brasil**

Deputado **Evair de Melo**

Deputado **Félix Mendonça Júnior**

Deputado **Jaime Martins**

Deputado **JHC**

Deputado **Luiz Lauro Filho**

Deputado **Osmar Terra**

Deputado **Paulo Teixeira**

Deputado **Pedro Uczai**

Deputado **Remídio Monai**

Deputado **Rômulo Gouveia**



Deputado **Ronaldo Nogueira**

Deputado **Rubens**

Otoni

Deputado **Valmir Prascidelli**

Deputado **Vitor Lippi**